

Carlos Alexandre Moraes



Responsabilidade Civil dos Pais na Reprodução Humana Assistida

Prefácio

Flávio Tartuce



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Fabricio Vale

- Fechamento desta edição: 28.09.2018

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M819r

Moraes, Carlos Alexandre

Responsabilidade Civil dos Pais na Reprodução Humana Assistida / Carlos Alexandre Moraes; coordenação Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Flávio Tartuce. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8292-8

1. Direito civil – Brasil. 2. Responsabilidade (Direito) – Brasil. 3. Direito comparado. 4. Tecnologia da reprodução humana – Legislação – Brasil. 5. Responsabilidade dos pais – Aspectos morais e éticos – Brasil. I. Hironaka, Giselda Maria Fernandes Novaes. II. Tartuce, Flávio. III. Título. IV. Série.

18-52630

CDU: 347.5(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644

1134828

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 DO DIREITO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR E DO EXERCÍCIO DA PARENTALIDADE RESPONSÁVEL.....	5
1.1 Considerações iniciais	5
1.2 Da constitucionalização do direito das famílias.....	9
1.3 Dos princípios constitucionais e infraconstitucionais aplicados à família	16
1.3.1 Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana ...	18
1.3.2 Princípio da solidariedade familiar	24
1.3.3 Princípio da igualdade entre filhos.....	26
1.3.4 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros ...	28
1.3.5 Princípio da não intervenção ou da liberdade	30
1.3.6 Princípio do melhor interesse da criança, do adolescente e do jovem.....	31
1.3.7 Princípio da afetividade	35
1.3.8 Princípio da função social da família	45
1.3.9 Princípio da proteção ao idoso.....	47
1.3.10 Princípio da pluralidade familiar	48
1.3.11 Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental.....	50
1.4 Do direito ao planejamento familiar e do exercício da parentalidade responsável	54

2	DA UTILIZAÇÃO DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO PARENTAL	63
2.1	Considerações iniciais	63
2.2	Do conceito de reprodução humana assistida.....	66
2.3	Das técnicas de reprodução humana assistida para a realização do projeto parental	68
2.3.1	Da inseminação artificial.....	70
2.3.1.1	Da inseminação artificial homóloga.....	71
2.3.1.2	Da inseminação artificial heteróloga.....	72
2.3.2	Da fertilização <i>in vitro</i> (FIV) ou “bebê de proveta”	75
2.3.2.1	Da fertilização <i>in vitro</i> homóloga.....	76
2.3.2.2	Da fertilização <i>in vitro</i> heteróloga.....	77
2.3.3	Da gestação de substituição ou “barriga de aluguel”	78
2.3.4	Da inseminação <i>post mortem</i>	84
2.3.5	Da doação de embriões excedentários.....	88
2.3.6	Da regulamentação das técnicas de reprodução humana assistida na legislação brasileira	89
2.3.7	Da regulamentação das técnicas de reprodução humana assistida na legislação comparada.....	108
3	DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA.....	119
3.1	Considerações iniciais	119
3.2	Das hipóteses que podem ensejar danos em decorrência da parentalidade irresponsável na reprodução humana assistida.....	123
3.3	Das possíveis causas de danos produzidos no embrião	130
3.3.1	Abandono do embrião	135
3.3.2	Comercialização de embriões	138
3.3.3	Coisificação do embrião – doação de embriões excedentários.....	139
3.3.4	Congelamento dos embriões	143
3.3.5	Diagnóstico genético pré-implantatório.....	145
3.3.6	Objeto de experiências científicas	148
3.3.7	Questões nutricionais da mulher e a saúde do embrião...	151

3.3.8	Redução embrionária	152
3.3.9	Uso de embriões em pesquisas e terapias específicas.....	156
3.4	Das possíveis causas de danos produzidos no nascituro.....	160
3.4.1	Considerações iniciais	160
3.4.2	Abandono do nascituro – dano moral em ricochete	164
3.4.3	Comercialização para a fabricação de sabão e cosméticos ...	165
3.4.4	Condutas inapropriadas para gestantes	168
3.4.5	Consumo de bebidas alcoólicas	171
3.4.6	Consumo de cigarro	175
3.4.7	Consumo de drogas ilegais.....	181
3.4.8	Consumo de drogas legais (medicamentos).....	182
3.4.9	Durante o diagnóstico pré-natal	188
3.4.10	Infecções e das doenças maternas.....	190
3.4.11	Negligência dos genitores – cirurgia fetal.....	193
3.4.12	Negligência na vacinação.....	194
3.4.13	Questões nutricionais da gestante – parentalidade irresponsável	195
3.4.14	Recusa da gestante em ingerir medicamentos ou de se submeter a tratamentos cirúrgicos ou médicos em benefício do nascituro	198
3.4.15	Terapias à base de radiações	199
3.4.16	Uso em pesquisas e das intervenções cirúrgicas.....	202
3.5	Das possíveis causas de danos produzidos no filho	204
3.5.1	Considerações iniciais	204
3.5.2	Coisificação da pessoa no “bebê medicamento”	207
3.5.3	Contaminação do vírus HIV	213
3.5.4	Filho indesejado	215
3.5.5	Parto prematuro	218
3.5.6	Gerar filhos premeditadamente com deficiências.....	219
3.5.7	Impossibilidade de conhecer os pais biológicos	222
3.5.8	Impossibilidade de conhecer e conviver com os pais (inseminação homóloga <i>post mortem</i> , produção independente heterossexual e homossexual).....	228

3.5.9	Impossibilidade de ser herdeiro legítimo – inseminação homóloga <i>post mortem</i>	248
3.5.10	Ser gerado em laboratório.....	251
3.5.11	Questões nutricionais da lactante – parentalidade irresponsável	254
3.5.12	Uso de remédios durante a amamentação.....	255
CONCLUSÃO	258
REFERÊNCIAS	271